

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 43 - Agosto de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

I Congresso da CONLUTAS – 2008

Marco do fracasso da política reformista

Iniciado no dia 3 de julho, o Primeiro Congresso da Condenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) foi precedido por uma ruptura pela direita executada pelo MTL, MES e MAS. Isso ocorreu mesmo após a CONLUTAS ceder sobre a caracterização dos governos reformistas da América Latina (Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa), levando-a a assumir uma via centrista frente ao ELAC (Encontro latino Americano e caribenho). Esta ruptura foi consumada tendo como pano de fundo a disputa entre estes setores e o PSTU por parcelas da direção da CONLUTAS. Assim, o Congresso se iniciou e teve a presença de 2814 delegados de diversas entidades sindicais, populares e estudantis.

O primeiro dia foi marcado pela luta por mais democracia operária. A União Popular Anarquista (UNIPA), juntamente com diversos setores classistas e combativos, assinou um manifesto a favor dessa causa que visava suprimir os painéis (artigo 8º do Regimento Interno) para dar lugar às defesas de teses (já comprimidas em sete minutos cada); acabar com o filtro antidemocrático de 10% no GT para apreciação de propostas em plenário final (art. 16); acabar com o poder discricionário da comissão organizadora (art. 17, em especial supressão do parágrafo único); e acabar com a engodo de se levar as propostas que “não tiveram tempo” para as “memórias”, ao invés de serem submetidas ao plenário, tornando-as um verdadeiro “arquivo morto da CONLUTAS” (art.18).

Com a perda destas emendas, o Congresso também foi prejudicado pelo andamento de seus GTs geridos sob diversas manobras do campo majoritário (PSTU/PSOL) para inviabilizar as resoluções dos setores mais combativos que discordavam de sua política. Estando em minoria, os setores mais combativos organizaram moções e votações solidárias para garantir um debate mais

democrático na plenária final mesmo com as arbitrariedades das mesas organizadoras.

Num esforço solidário, a UNIPA e as demais forças minoritárias conseguiram aprovar nos GTs todas as suas propostas para o debate na Plenária Geral.



Plenária Final do I Congresso da Conlutas - Betim/MG, julho de 2008.

As principais propostas das forças minoritárias foram: *não participação e denúncia das eleições burguesas; pela autodefesa da classe trabalhadora; contra a participação das associações de policiais na CONLUTAS; contra a fusão com a Intersindical; e contra a adequação da CONLUTAS à “Lei das Centrais”.*

Aprovação das Resoluções do I Congresso da CONLUTAS

No plano da Conjuntura Internacional, como já foi mencionado, foi ratificada na Plenária Geral a posição centrista da Conlutas de não se manifestar quanto aos governos reformistas da América Latina. A respeito da conjuntura nacional, por meio da resolução confusa de “indicar aos trabalhadores o voto nos candidatos classistas que façam oposição ao governo Lula”, militantes do PSTU e do PSOL defenderam o apoio às candidaturas da “Frente de

Esquerda” (Frente esta que nem existe, já que o PSOL decidiu se aliar com partidos burgueses, desmoralizando, mais uma vez, as claudicantes direções do PSTU). Este fato não revelou nada de surpreendente, tendo em conta a caracterização reformista destes partidos que esvaziam as lutas econômicas dos trabalhadores em detrimento de uma política derrotista vinculada ao sindicalismo pelego.

Tendo o legalismo como ideologia dominante, o campo majoritário aprovou “denunciar a criminalização dos movimentos sociais” em detrimento de apoiar a autodefesa dos trabalhadores da cidade e do campo. O legalismo se desdobrou com o apoio às greves policiais e a adesão de sindicatos policiais à CONLUTAS, fato absurdo e injustificável tendo em vista o papel que tais forças executam frente ao Estado e ao capital contra o proletariado.

Finalmente, a burocratização definitiva ocorreu com a efetivação da fusão com a Intersindical em paralelo a várias inflexões no caráter da CONLUTAS, dentre elas: a ratificação da legalização da Central “na forma da lei”, que trocando em miúdos, quer dizer se adaptar à Reforma Sindical de Lula; dar fim à forma sindical, popular e de juventude da Condenação Nacional com a resolução de que esta “deveria ter maior peso para o operariado fabril e dos serviços”, relegando aos estudantes o peso de 10% na executiva. Além disso, condenou o próprio Congresso a um segundo plano, pois aprovou a eleição da Secretaria Nacional da CONLUTAS para uma reunião de Coordenação Nacional. O motivo de tal decisão pelo PSTU está na esperança que este nutre pelo retorno das correntes do PSOL que se retiraram pouco antes do Congresso, mais uma vez privilegiando os acordos de cúpula ao debate de base. ■

Leia também
nessa edição

- * **CONLUTAS 2006-2008: rupturas e continuidades** - p. 2
- * **Programa de Aceleração do Crescimento:**
 - favorecimento das classes dominantes e extermínio dos trabalhadores no Rio de Janeiro** - p. 3
- * **Guerra civil colombiana: a defesa da luta armada e os limites do foquismo** - p. 3
- * **MST versus MP-RS: a verdadeira face do Estado** - p. 4
- * **Eleições nos EUA: o imperialismo mostra as suas novas faces** - p. 4

CONLUTAS 2006-2008: rupturas e continuidades

Romper com o reformismo e avançar na construção de central classista e combativa

O projeto da formação de uma central da classe trabalhadora, que unisse sindicatos, movimentos populares (rurais e urbanos) e movimento estudantil, que rompesse com o governismo cutista, começou a ser gestado em 2004 no encontro de Luziânia, e posteriormente em dois encontros realizados em janeiro e em agosto de 2005. Essa rearticulação foi feita após o duro enfretamento que os servidores federais fizeram contra a Reforma da Previdência do Governo Lula/PT (2003) e das denúncias do esquema do "Mensalão". Assim, surgiu a proposta de construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que foi implementada especialmente pelo PSTU.

A proposta inicial da CONLUTAS possuía um forte potencial, porque indicava uma ruptura definitiva com a CUT e com o governismo, bem como com as matrizes teórico-ideológicas do corporativismo e do reformismo.

O Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat), realizado em 2006, reuniu 2.729 delegados em Sumaré/SP, representantes de entidades sindicais, oposições, movimentos sociais e movimento estudantil. Apesar do Conat ter aprovado a fundação da CONLUTAS, sua dinâmica interna já apontava para a burocratização, devido à falta de democracia operária (conforme denunciado na *Carta Aberta* assinada pela UNIPA e por várias organizações, agrupamentos, entidades, oposições e militantes combativos). Resumidamente os problemas do Conat foram: a substituição da defesa de tese por painéis, que na verdade eram defesas da tese assinada pela Federação Democrática dos Metalúrgicos de MG (que representava as posições dos dirigentes do PSTU); debates superficiais nos grupos; imposição de uma "tese guia" pelos dirigentes do PSTU; relatório viciado dos temas aprovados nos grupos e cassação do direito de declaração de voto.

Além disso, as Resoluções do Conat deixaram brechas para o livre desenvolvimento da burocratização e a liquidação da CONLUTAS, pois fizeram uma crítica superficial ao sindicalismo de Estado, estabeleceram a ação direta como uma palavra de ordem vazia (Resoluções do Conat, p. 21) e traçaram como estratégia privilegiada a "unidade de ação" com setores governistas (Resoluções do Conat, p. 22).

1. O aprofundamento da linha liquidacionista do campo majoritário da CONLUTAS:

Desde sua fundação, a política da CONLUTAS tem sido ditada pelo campo majoritário formado pelo PSTU e por correntes do PSOL (CST e MTL), que se mostrou incapaz de romper com o reformismo, isto é, com a defesa da via eleitoral como uma alternativa para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, subordinando a política do movimento dos trabalhadores aos interesses eleitorais dos partidos.

Uma das expressões desse reformismo é a política de fusão com a Intersindical. A UNIPA se colocou frontalmente contra essa a política, denunciando seu caráter liquidacionista, pois o trabalho de base foi abandonado em detrimento da formação de chapas para as eleições sindicais com a Intersindical. Além disso, a direção da Intersindical afirmou publicamente, mais de uma vez, que não concorda com a fusão, preverindo continuar disputando a direção da CUT.

Outra expressão do reformismo da direção da

CONLUTAS é a capitulação ao sindicalismo de Estado, ou seja, a aceitação da legalização da Coordenação Nacional de Lutas no termos da "Lei das Centrais" do Governo Lula (PL1990/2007). É importante reafirmar que a "Lei das Centrais", que faz parte das reformas neoliberais – Reforma Sindical –, representa a consolidação do colaboracionismo de classe determinado pelo sindicalismo de Estado no Brasil. Assim, movido pela ideologia legalista, o campo

O movimento sindical e popular deve ser reconstruído pela base, com um caráter classista e combativo e tendo a ação direta com estratégia privilegiada.

majoritário converte a CONLUTAS em mais uma sucursal do Ministério do Trabalho.

Perceber-se nitidamente que a orientação reformista predominante na Coordenação Nacional de Lutas reproduz todos os passos que determinaram a burocratização da CUT e sua atual capitulação ao neoliberalismo:

1) *O estabelecimento da via eleitoral como alternativa para a classe trabalhadora*: os reformistas participam das eleições burguesas utilizando a desculpa de denunciá-las, entretanto, acabam por legitimá-las entre os trabalhadores, pois os discurso de campanha não são de anti-candidaturas;

2) *Abandono da ação direta*: a ação direta é transformada em algo praticamente impossível de ser realizado, quando muito aparece em discursos "inflamados" que escondem a verdade: o legalismo força os reformistas a se moverem dentro dos marcos da legalidade burguesa, por isso evitam a todo custo o enfrentamento. É importante lembrar que na década de 1990 a direção da CUT (a Articulação Sindical-PT), abandonou a política de enfrentamento e passou a defender o "sindicalismo propositivo", isto é, aquele que "participa" da gestão do capitalismo;

3) *Adesão ao sindicalismo de Estado*: a estrutura sindical brasileira, inspirada no modelo fascista, mantém os sindicatos sob tutela do Estado e propicia o desenvolvimento do corporativismo e do colaboracionismo, por isso, quando a direção da CUT, nos anos de 1990, abandonou a crítica à estrutura sindical, criou as condições para a sua capitulação ao neoliberalismo. Assim, a defesa do enquadramento da CONLUTAS na "Lei das Centrais" é a repetição do mesmo erro da CUT;

4) *Subordinação dos interesses da classe aos interesses dos partidos*: no II Congresso da CUT (1986) definiu-se que a luta pelo poder seria o objetivo da classe trabalhadora, mas sendo esta uma tarefa a ser realizada pelos partidos "comprometidos" com os trabalhadores. Essa formulação coloca em segundo plano o papel do movimento dos trabalhadores e o subordina aos interesses políticos eleitorais.

A diferença é que o PT e a CUT demoraram

cerca de dez anos para degenerar e o campo majoritário da CONLUTAS demorou apenas dois anos.

O aprofundamento da linha liquidacionista significa a derrota da política do campo majoritário da CONLUTAS, pois seu reformismo determina a sua guinada à direita e, conseqüentemente, o abandono do projeto de construção da CONLUTAS enquanto alternativa combativa e classista. E mesmo assim, esse esforço não foi suficiente para manter uma das principais correntes do campo majoritário – o MTL, que rompeu com a CONLUTAS dias antes do I Congresso.

Em nota oficial o MTL justifica seu rompimento por dois motivos: a realização do Encontro Latino-americano e Caribenho (ELAC), que seria de oposição ao chavismo, e a presença significativa do movimento estudantil no interior da CONLUTAS. Na verdade, o motivo real foi a dificuldade de se chegar a um acordo sobre a composição da "diretoria executiva" da Coordenação. Seja como for, o fato é que o MTL era o principal interlocutor entre a CONLUTAS e a Intersindical, portanto, sua saída e as sucessivas recusas dessa entidade para-governistas aos apelos para a fusão significam a derrota da política do setor majoritário da Coordenação Nacional de Lutas.

2. Os caminhos para a construção do sindicalismo classista e combativo.

O primeiro Congresso da CONLUTAS, realizado em julho de 2008 (Betim/MG), foi a confirmação de que a política do campo majoritário levaria inevitavelmente à derrota do projeto de construção de uma central de classe que rompesse com o cutismo. O número de delegados participantes desse I Congresso é sintomático: houve um crescimento insignificante em dois anos com a presença de 2814 delegados em Betim (85 delegados a mais do que no Conat).

A estagnação da Coordenação Nacional de Lutas era mais do que esperada, já que o campo majoritário se recusou a fazer o trabalho de construção da CONLUTAS pela base, se negou a construir oposições combativas, reproduzindo a política dos acordos de cúpula entre as correntes políticas, inclusive governistas, para disputar as eleições sindicais e apostando todas as suas fichas na unificação frustrada com a Intersindical.

A conjuntura de crise do governismo exigia a ruptura com as matrizes ideológicas e com as práticas reformistas encarnadas pelo PT e pela CUT nos últimos vinte anos, para o lançamento dos alicerces sobre os quais se ergueria um movimento sindical-popular classista e combativo. Entretanto, aqueles que dirigem a CONLUTAS se mostraram incapazes de realizar essa tarefa, condenando a classe trabalhadora ao imobilismo e a deixando refém do governismo.

O caminho que devemos trilhar é o da retomada da construção de um movimento sindical-popular capaz de romper com o reformismo e com o corporativismo hoje predominantes. Esse movimento só pode ser construído pela base e deve ter a ação direta da classe trabalhadora como estratégia privilegiada. Todos os militantes classistas e combativos, todas as entidades sindicais e oposições, os movimentos populares e estudantis, devem se aglutinar num organismo que ultrapasse as atuais limitações da CONLUTAS e possa se constituir como verdadeira alternativa para a classe trabalhadora. ■

Programa de Aceleração do Crescimento:

favorecimento das classes dominantes e extermínio dos trabalhadores no Rio de Janeiro

No dia 14 de junho de 2008, os jovens Wellington Gonzaga, de 19 anos, David Florêncio, de 24, e Marcos Paulo Campos, de 17 foram entregues por 11 militares do exército a traficantes da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA), no Morro da Mineira. Os três jovens eram moradores do Morro da Providência (favela situada na Zona Portuária Rio de Janeiro) que é controlada pelo Comando Vermelho, facção rival a ADA, e era ocupada pelos militares por causa das obras implementadas nesta comunidade através do projeto Cimento Social do senador Marcelo Crivella (PRB).

O projeto de Crivella recebeu R\$ 12 milhões do Ministério das Cidades e faz parte da política de implementação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Como já avaliamos em outras edições do Causa do Povo, o PAC além beneficiar os empresários do setor produtivo (em especial, o exportador) e do setor financeiro também serve aos interesses eleitoreiros de candidatos governistas, como é o caso do senador Marcelo Crivella, candidato a prefeito do Rio pelo mesmo partido do vice-presidente José Alencar (PRB), que já ocupou o cargo de Ministro da Defesa no primeiro governo do presidente Lula.

Há um histórico de conflitos envolvendo o Morro da Providência e militares do Exército. Em março de 2006, durante uma megaoperação para recuperar dez fuzis e uma pistola roubados de um quartel em São Cristóvão, um rapaz de 16 anos foi morto com um tiro que partiu da Providência. Segundo investigações, o guarda-chuva que o rapaz carregava teria sido confundido com um fuzil pelos soldados. Até hoje, ninguém foi punido pelo assassinato. Na época, houve um acordo entre o Exército e traficantes do Comando Vermelho para que as armas fossem devolvidas, em troca da imediata desocupação das favelas. Durante esse episódio, moradores da Providência revoltados com a situação realizaram vários protestos em uma

demonstração de resistência à ocupação do Exército no local e à política de extermínio da população pobre implementada pelo poder de Estado.

O assassinato dos jovens do Morro da Providência confirma as estatísticas divulgadas por instituições oficiais de pesquisa. Segundo o senso



do IBGE de 2000, o município do Rio tem atualmente cerca de 1 milhão de moradores de favelas, o que corresponde a 18,9% da população total. Outros dados apontam que as maiores vítimas de homicídio no Rio de Janeiro são jovens entre 15 e 25 anos, negros e moradores de comunidades pobres (Dados do Nupevi/UERJ). Nos últimos anos, o número de moradores assassinados em bairros da periferia como Acari e Rocha Miranda é 40 vezes maior do que entre pessoas que residiam em Copacabana e Leme, na Zona sul da Cidade (Dados Justiça Global).

O que ocorre no Brasil e, em especial no Rio de Janeiro, é consequência imediata da política de

segurança pública. *Tal política que vem se mostrando bastante eficiente do ponto de vista das classes dominantes, visa controlar os trabalhadores através da violência que assume formas cada vez mais cruéis e desumanas. A ocupação das favelas cariocas também vem servindo de treinamento para as tropas brasileiras que atuam na Amazônia e participam das missões no Haiti, país no qual o Exército brasileiro tem sido responsável por várias atrocidades contra a população civil, como estupros e assassinatos.*

Não se trata apenas de um problema de má gestão governamental ou de práticas de corrupção no interior do aparato repressivo do Estado, como alguns analistas apontam. Isto significa também que a "impunidade" não se deve a falta de moralização dessas instituições, mas sim a uma necessidade do Estado e da burguesia em defender a manutenção da estrutura social de classes. Para tanto, há uma cumplicidade entre as autoridades e instituições do Estado (exército e as polícias) e organizações como o tráfico de drogas e as milícias que para atender aos interesses da burguesia mantêm sob controle os trabalhadores, pacificando-os e impedindo sua revolta contra o sistema capitalista. Algumas soluções que propõem a reformulação das polícias a fim de garantir uma espécie de "aparato repressor cidadão" devem ser veementemente rechaçadas. Acreditar que as instituições incumbidas de realizar o controle através do uso da violência possam fazê-lo de forma moderada e com "bom senso" é falsear a verdadeira questão da luta de classes na sociedade brasileira.

Para por fim à política deliberada de extermínio da população pobre, *devemos incentivar a organização da classe trabalhadora na luta contra nossos inimigos através da ação direta e da auto-defesa.* Contra a morte de nossa gente, somente a solidariedade de classe nos tornará capazes de lutar e travar as batalhas necessárias à libertação de todos os trabalhadores. ■

Guerra civil colombiana: a defesa da luta armada e os limites do foquismo

No início de julho o governo colombiano comunicou a "libertação" da franco-colombiana Ingrid Betancourt. Depois do assassinato de Raul Reys por tropas colombianas e americanas em território equatoriano e da morte de Manuel Marulanda, líder histórico das Forças Armadas Revolucionária da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), a guerrilha sofre outro forte abalo.

Desde 2000, o Plano Colômbia financiado pelos Estados Unidos conta com a assistência militar da OTAN. Neste ano a ofensiva do governo de Álvaro Uribe se intensificou com ajuda direta da MOSSAD (Agência Secreta Israelense) e da CIA. Segundo comunicado do Secretariado do Estado Maior das FARC a "libertação" da franco-colombiana contou com a traição de dois militantes da organização.

Os recentes episódios trazem de volta para as organizações revolucionárias a discussão não sobre

a via armada, mas sobre o a linha estratégico-tática do *foquismo*. A possível derrota de hoje não é tampouco o fim da luta armada. A derrota das revoluções sobre esta orientação nos mais diversos países ao longo do século XX foi para nós, revolucionários, também nossa derrota.

A idéia do foquismo de uma dialética ascendente de *ação-repressão* que gerariam condições político-sociais cada vez mais favoráveis à ação militar, até culminar em uma situação ideal em que importantes setores da população, apoiando o foco guerrilha, não se mostrou eficaz do ponto de vista da concretização da revolução.

O equívoco da proposta foquista está na separação entre o movimento armado e o movimento de massa da classe trabalhadora. Para o foquismo a inserção nos movimentos dos trabalhadores é secundária, pois acredita que as massas irão aderir

ao movimento armado espontaneamente, seguindo os exemplos do foco guerrilheiro. Esse equívoco foi fatal e determinou sua derrota em vários países.

Desde então está aberto definitivamente o problema do método a empregar para desenvolver a via armada da revolução. Para os reformistas existe o mito da invencibilidade da repressão, por isso abrem mão da luta armada e, conseqüentemente, capitulam à ordem burguesa, aderindo a via institucional – disputas nas eleições burguesas, manifestações dentro dos marcos da legalidade estatal, etc.

Na perspectiva bakuninista, o caminho da revolução é o da luta armada, entretanto não pode existir uma separação entre a luta armada e luta de massa. A articulação entre a luta armada e a luta de massas deve culminar num movimento insurrecional que destrua o Estado e a propriedade privada. ■

MST versus MP-RS: a verdadeira face do Estado

No último mês de Junho o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra divulgaram um relatório, de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande Sul (MP-RS) que defendia a dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O argumento usado pelos promotores gaúchos, baseados em materiais da mídia corporativa, principalmente Veja, e professores universitários declaradamente anti-socialistas, afirmavam que o movimento é “uma organização revolucionária, que faz da prática criminosa um meio para desestabilizar a ordem vigente e revogar o regime democrático adotado pela Constituição Federal”.

No ano de 2006, o Estado Maior da Brigada Militar do RS, a pedido do então Subcomandante Geral da BM Cel. QOEM – Paulo Roberto Mendes Rodrigues, atual comandante geral da corporação, determinou a realização de investigações sobre as ações desenvolvidas pelo MST e outros grupos.

O Coronel da BM Waldir João Reis Cerutti, depois candidato pelo Partido Progressista (PP), fez o dossiê sobre as ações do MST no estado através do BOE – Batalhão de Operações Especiais. Assim, estavam envolvidos na investigação: o ministério público estadual, todo alto escalão da Brigada Militar, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Uma verdadeira mobilização estatal para dissolver e declarar a ilegalidade do movimento.

A escalada de repressão aos movimentos sociais no RS aumentou com a chegada de Yeda Crusius

(PSDB) ao executivo gaúcho. Com apoio das transnacionais de celulose, Votorantim, Stora Enso e Aracruz, que doaram meio milhão de reais para a campanha da governadora, e dos latifundiários, a governadora iniciou uma forte repressão contra todos os movimentos sociais. Com total incentivo e apoio da Justiça a BM aumentou a repressão contra as ações dos movimentos sociais, principalmente do MST.

A violência contra os trabalhadores aumenta continuamente e como nos dois últimos anos, o MST, que apóia o governo Lula, refez sua estratégia de mobilização, privilegiando as manifestações e ações contra as transnacionais, a intensidade dos conflitos aumentam, e com isso as transnacionais e latifundiários pressionam ainda mais o governo Yeda para repressão.

Com a grave crise política no estado, devido a denúncias de corrupção no Detran do Rio Grande Sul o governo aumentou ainda mais a política de repressão sobre os movimentos sociais, como tentativa de reconstrução do apoio ao governo tucano-conservador, com apoio da mídia corporativa.

O nível de repressão do Estado gaúcho só demonstra a verdadeira face da democracia burguesa. Em outros estados do país, principalmente no Pará e Mato Grosso a escalada de violência contra os camponeses e trabalhadores rurais só aumentou durante o governo Lula. Quando o povo se insurge contra o interesse do Estado e dos empresários a “democracia” mostra sua face. Por isso, a Justiça tenta

enquadrar juridicamente o MST como “quadrilha” ou movimento revolucionário que questiona a ordem burguesa.

Mas é preciso deixar bem claro que a repressão do Estado sobre os trabalhadores só intensifica o seu nível, e que os movimentos não deixam de existir por uma mera classificação das leis burguesas. Por isso, para que os movimentos do campo e da cidade avancem para construção da Revolução Social é necessário se organizar e se preparar para enfrentar a repressão do Estado e dos Empresários, como acontece hoje em diversos estados do país. ■



Mulheres da Via Campesina fazem manifestação no Rio Grande do Sul, 2008.

Eleições nos EUA: o imperialismo mostra as suas novas faces

A confirmação da candidatura de Barack Obama para a presidência dos EUA reacendeu o debate sobre o futuro político dos EUA. A Era Bush chega ao fim desmoralizada nas questões militares, econômicas e políticas.

Mas isso, ao contrário do que alguns entusiasmados analistas burgueses afirmam, não significa que haverá uma renovação substancial das ações que o maior Império tomará através dos seus novos gestores. Não significa que haverá uma mudança da política externa, militar, comercial e nem mesmo das principais questões da política interna norte-americana, como é o caso da situação dos imigrantes e da relativa estagnação econômica. Na verdade, os últimos pronunciamentos dos candidatos levam a entender que haverá o contrário, já que o principal objetivo estratégico de ambos é reconstruir a liderança moral do Império Estadunidense na geopolítica mundial. O que muda entre eles são algumas opções táticas e gerenciais, a fim de privilegiar um ou outro grupo ou fração de classe da burguesia imperialista que constitui sua base de apoio. Estas bases de apoio, entretanto, estão ainda em gestação. Porém, já é possível verificar que a eleição de qualquer um dos dois, por si só, não representará um “avanço” para a luta dos trabalhadores e explorados.

O país atravessa uma estagnação econômica, imerso num mar de especulação, primeiro, no setor imobiliário e, agora, no mercado de commodities (alimentos e matérias-primas). Enfrenta derrotas militares contra a resistência no Afeganistão e no Iraque. Junto com Israel, Estado aliado e sustentado

pelo lobby sionista no Oriente Médio, teve uma amarga derrota na guerra contra o Hezbollah em 2006.

O Partido Republicano de Bush tenta desvencilhar o seu candidato, McCain, do próprio Bush. Branco, ex-piloto da Marinha e ex-prisioneiro de guerra no Vietnã, McCain defende a permanência das tropas no Iraque por tempo indeterminado, a invasão do Irã e o recrudescimento da “guerra contra o terror”. Como senador, votou recentemente a favor de métodos “legais” de tortura adotados pelos EUA, como o afogamento. Defendeu a construção do muro ao longo de toda a fronteira com o México e é também autor de um projeto de lei que prevê a regularização do trabalho temporário para imigrantes, ou seja, a legalização do trabalho precário e a superexploração da mão-de-obra latino-americana. Todavia, como este projeto foi considerado muito “liberal” pelos seus pares,



o próprio McCain deixou de apoiá-lo.

Obama apresenta uma retórica eleitoral de “mudança”. Candidato pelo Partido Democrata, negro, formado em Direito em Harvard, rapidamente conseguiu declarações de apoio dos partidos burgueses “ilustrados”. Porém, suas posições se afastam apenas taticamente do seu adversário. Embora diga que irá retirar as tropas do Iraque “em 16 meses” e acabar com o campo de concentração de Guantánamo, defende o recrudescimento da chamada “guerra ao terror”, ou seja, mais prisões ilegais e tortura dos opositores dos interesses dos EUA ao redor do mundo. Também defende a intensificação da ocupação militar do Afeganistão e a invasão do Paquistão. Como antes foi apresentado como “protecionista”, atualmente Obama vem se mostrando menos crítico do “livre-comércio” e do Estado em sua forma neoliberal. Defende a atual política dos EUA no Oriente Médio e é um fiel representante dos interesses do lobby sionista, declarando-se a favor da posse integral de Jerusalém por Israel e da liquidação da resistência árabe-palestina à presença do Estado terrorista de Israel em toda a região.

Portanto, tanto Obama quanto McCain representam os interesses do imperialismo americano pós-Era Bush e, no poder, significarão a continuação da política anexionista pelo controle político dos movimentos anti-americanistas e das áreas estratégicas com recursos naturais. Ambos representam os interesses do capital ultra-monopolista contra a classe trabalhadora e os povos oprimidos de todo o mundo. ■